

Interesse público deve imperar no Porto Interior

Não é por falta de soluções técnicas, mas de vontade política que o problema recorrente das inundações no Porto Interior não é resolvido, segundo disse António Trindade ao Jornal TRIBUNA DE MACAU, notando que o interesse público deve prevalecer na resolução deste problema e não a inoperância e o interesse. Já o presidente da delegação de Macau dos Arquitectos Sem Fronteiras sublinha também a existência de projectos já entregues ao Governo e questiona porque é que nunca nenhum se tornou realidade. A seu ver, este tufão é um alerta para outros problemas como um código de construção antiquado, ausência de standards nos materiais e, no caso dos estacionamentos inundados, de falta de manutenção das bombas



FOTO JTM

■ Liane Ferreira*

As inundações no Porto Interior são um dado adquirido para quem vive e tem negócios na zona, daí que os pedidos para que o problema seja resolvido sejam também uma constante. No entanto, várias soluções técnicas já terão sido apresentadas aos Executivos, que as deixaram a ganhar pó na gaveta. O tufão “Hato” e as vidas destruídas na sua passagem reforçam a necessidade de avançar com uma resolução vista de “interesse público”, como dizem ao Jornal TRIBUNA DE MACAU o engenheiro António Trindade e Dominic Chóí presidente da delegação de Macau dos Arquitectos Sem Fronteiras.

“Há quase 20 anos que há um projecto para resolver as inundações. A obra está planeada e abarca a modernização do Porto Interior e as cheias. É preciso fazer um muro nas pontes cais e um depósito”, começou por dizer António Trindade em declarações telefónicas a este jornal.

Sublinhando que existem vários estudos feitos e entregues ao Governo, considera “incompreensível que situações destas continuem a existir”. “Foram feitas obras na orla marítima; porque não fizeram o resto das obras? Não

é por razões técnicas que não são feitas. Há razões que só o Governo conhece, têm de ser admitidas e explicadas à população. Discute-se muita coisa, existem sempre situações difíceis de compatibilizar, mas têm de ser feitas escolhas”, destacou.

“O Governo não toma a iniciativa de adoptar uma solução e depois existem interesses, principalmente de especuladores imobiliários, resistentes às mudanças”, afirmou o engenheiro, acrescentando que “há que repensar e tomar medidas, porque isto é de interesse público” e este tem de ser “superior ao outro [privado]”.

António Trindade referiu que muitas das zonas no Porto Interior são concessões públicas, ou seja, são do Governo, o que torna a situação ainda mais difícil de compreender. “Não se está a dizer que se está a jogar com a sorte, mas o tufão que veio não é o maior que se pode esperar”, indicou, notando que “nunca se sabe quando vem outro”.

“É preciso dizer que as águas das cheias são altamente poluídas, porque os esgotos são despejados directamente para mar aberto ao longo de toda aquela zona, o que é um perigo para a saúde pública, não é fácil de limpar. Tiraram o lixo, mas se continua o mau cheiro não limpam”, alertou, acrescentando: “a pestilência vem do mar o que dizem ser tratamento da água é semântica”.

No mesmo sentido, Dominic Choi, presidente da delegação de Macau dos Arquitectos Sem Fronteiras, referiu ao Jornal TRIBUNA DE MACAU que “na década de 80 e 90 foram feitos estudos sobre as inundações no Porto Interior e uma das opções era a criação de um reservatório de água subterrâneo, para que a água em excesso das cheias pudesse ser ali guardada”.

Segundo afirmou, a situação é discutida pela Associação de Engenheiros e na administração portuguesa “havia preocupações”, no entanto não sabe como, “o projecto nunca chegou a tornar-se realidade”.

“Existem soluções para os problemas e não tem nada a ver com nova tecnologia. O Governo precisa de encontrar terra ou cooperar com companhias de desenvolvimento. É algo que afecta toda a comunidade e quando se vê os danos, percebemos que quase sempre são as inundações que mais afectam as pessoas”, declarou.

Dominic Choi considera que este tufão deixou uma “mensagem muito clara: temos de olhar para a standardização dos materiais, para a questão das cheias e localização das caixas de electricidade, por exemplo no Porto Interior, que não devem ser no nível térreo”.

A semelhança de Trindade, Dominic Choi frisou que muitos prédios na linha do Porto Interior, à excepção da Ponte

16, são do Governo de Macau, sendo apenas atribuídas concessões. “Por isso, se o Executivo quiser aumentar o nível da zona, para que esteja acima do nível das águas, tem o direito de o fazer e assim criava uma barreira. Agora, o nível das águas no Porto Interior é de 2,5 ou 2,3, mas a área das cheias é de 4,6 metros, há uma diferença de dois metros que causa as inundações. Se fosse elevada, não haveria esse problema”, destacou.

“Não podem ser aplicadas as mesmas regras para zonas diferentes, tendo em conta as diferenças ambientais. O código de construção é de 1960, mas as condições de Macau e Portugal são diferentes e agora temos construção em altura. O código é muito antiquado. É preciso revê-lo urgentemente”, salientou o arquitecto, indicando que existem mais standards para terramotos inexistentes em Macau do que para os ventos, que causam mais danos nos edifícios altos que povoam o território actualmente.

Relativamente aos estacionamentos subterrâneos inundados, explicou que estes locais normalmente têm bombas de drenagem instaladas. “O problema é quando os parques estão em zonas baixas, como no Porto Interior, as bombas drenam a água para a rede pública de esgotos, que já está inundada ou então não estão a funcionar, porque precisam de muita manutenção”, disse.

“Duvido que algumas dessas bombas funcionem. Mesmo nos parques de estacionamento do Governo vemos que não há ventilação, como é que vai haver no privado?”, questionou, adicionando ser preciso um “esforço conjunto” para apostar no reservatório no Porto Interior para que este possa conter as águas e permitir às bombas funcionarem.

O presidente da associação refere que agora “é uma boa oportunidade para integrar a construção do Metro Ligeiro e solucionar o problema das cheias no Porto Interior”. “É preciso tempo, porque mesmo começando a planear ainda são precisos cinco a 10 anos. O deastre serve para nos alarmar, mas também temos de ver que é preciso uma solução bem pensada e não um penso rápido”, salientou, acrescentando que o Executivo deve falar com os profissionais do sector, porque é preciso trabalho de equipa.

Também Carlos Wong, engenheiro local, apresentou uma proposta de construção de uma barragem de reserva e descarga das cheias, que funcionaria de barreira.

De acordo com a sua explicação, a orla de Macau é mais baixa do que Wanzai, do outro lado do Porto Interior, por isso as inundações afectam primeiro a RAEM. Para além disso, diversos aterros no canal deixaram aquela zona mais desprotegida à subida das águas.

*com R.C.